



Processo Licitatório N.º 49/2026

Pregão Eletrônico N.º 07/2026

Contratante: Câmara Municipal de Caxias do Sul

Objeto: Prestação de serviço de segurança de *endpoints* e servidores de rede através do fornecimento de licença da fabricante Trend Micro, com implantação e atualização contínua.

Valor estimado da Contratação: R\$ 343.885,14

Data da Sessão Pública: 3 de junho de 2026.

Local: Portal de Compras do Governo Federal

www.compras.gov.br ou www.gov.br/compras

Divisão da licitação: Adjudicação por grupo

Critério de Julgamento: Menor preço

Modo de disputa: Aberto



EDITAL

Processo Licitatório N° 49/2026

Pregão Eletrônico N° 07/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal de Caxias do Sul, situada na Rua Alfredo Chaves, n.º 1.323, Bairro Exposição, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

- 1.1 O objeto do presente contrato é a Prestação de serviço de segurança de *endpoints* e servidores de rede através do fornecimento de licença da fabricante Trend Micro, com implantação e atualização contínua, nas dependências da Câmara Municipal de Caxias do Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2 A forma como a licitação está dividida pode ser verificada no Anexo I do Termo de Referência deste Edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.3.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



- 2.4** A licitante que desejar participar da licitação vincula-se ao disposto no edital, no Termo de Referência e seus anexos e na Minuta de Contrato.
- 2.5** O Anexo I do Termo de Referência indicará, se for caso, para quais itens a participação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.5.1** A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 2.7** Não poderão disputar esta licitação:
- a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - e)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - h)** agente público do órgão ou entidade licitante;



i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

- 2.7.1** Não poderá participar, direta ou indiretamente da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 2.7.2** O impedimento de que trata a alínea “d” será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7.3** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem nas alíneas “b” e “c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.7.4** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.7.5** O disposto nas alíneas “b” e “c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.7.6** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 2.7.7** A vedação de que trata a alínea “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.8** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- 3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 3.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



- 3.2** As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, **até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.**
- 3.3** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, as licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos subitens 6.1.1 e 6.11.1 deste Edital.
- 3.4** No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- a)** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - b)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - c)** não possui, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - d)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5** A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 3.6** A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 3.6.1** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;



- 3.6.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, ou, quando for o caso, para as equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, equiparada ou sociedade cooperativa.
- 3.7** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Termo de Referência.
- 3.8** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocadas para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- a)** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - b)** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 3.11 possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- a)** valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - b)** percentual de desconto inferior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 3.11 possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



- 3.14** Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15** A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.16** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.16.1** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 3.17** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 3.18** Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.
- 4 DA ABERTURA DA SESSÃO, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DESEMPATE DAS PROPOSTAS**
- 4.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 4.2** **Da abertura da sessão pública até o encerramento da fase de lances**, em respeito ao Princípio do Sigilo das Propostas, o pregoeiro e as licitantes **somente terão acesso** aos dados informados nos **campos de valor unitário/total e a descrição detalhada do objeto ofertado, não sendo possível identificar a razão social e as informações inseridas nos demais campos**.
- 4.3** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.3.1** Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.
- 4.3.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 4.3.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



- 4.4** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 4.5** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.
- 4.6** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.7** O lance deverá ser ofertado pelo valor global mensal.
- 4.8** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 4.9** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o critério de julgamento definido no presente Edital, ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.10** O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,50% (cinquenta centésimos por cento).
- 4.11** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 4.12** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 4.13** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 4.13.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.13.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.13.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 4.13.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.13.5** Após o reinício previsto no subitem acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.



- 4.14** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 4.14.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 4.14.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.14.3** No procedimento de que trata o subitem acima, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 4.14.4** Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão as autoras dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.14.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.15** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente as licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 4.15.1** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 4.15, poderão as licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 4.15.2** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.15.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.15.4** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



- 4.15.5** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.15.6** Após o reinício previsto no subitem acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter seu último lance.
- 4.16** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.17** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.18** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 4.19** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 4.20** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 4.21** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.22** Em relação a itens não exclusivos para participação das beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria para as beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016.
- 4.22.1** Nessas condições, as propostas das beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 4.22.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



- 4.22.3** Caso a beneficiária da Lei Complementar n.º 123/2006 melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 4.22.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 4.23** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 4.23.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, nesta ordem:
- a)** disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b)** avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na referida Lei;
 - c)** desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - d)** desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 4.23.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a)** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - b)** empresas brasileiras;
 - c)** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 4.24** Na hipótese de não haver vencedora para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada à vencedora da cota universal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço da primeira colocada da cota universal, quando aplicável.
- 4.24.1** Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota universal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.



- 4.24.2** A Câmara dará prioridade de aquisição do objeto das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 4.25** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 4.25.1** A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 4.25.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 4.25.3** O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 4.25.4** O pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Termo de Referência e já apresentados.
- 4.25.4.1** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante e aceita pelo Pregoeiro. Ainda, pode o Pregoeiro, de ofício prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, quando constatar que o mesmo não é suficiente para envio do documento.
- 4.26** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5 DA FASE DE JULGAMENTO

- 5.1** Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
 - b)** Sistema Integrado de Registro do CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e do CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência);
 - c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;



d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

- 5.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992.
- 5.2.1** Para as licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” a “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 5.3** Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 5.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 5.3.2** A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 5.3.3** Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada desclassificada, por falta de condição de participação.
- 5.4** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 5.5** Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.6 e 3.6 deste edital.
- 5.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 5.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a)** conter vícios insanáveis;
 - b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo (unitário e global) e/ou apresentar desconto menor que o definido para a contratação, conforme o critério de julgamento definido neste Edital;
 - d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



- 5.8** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.8.1** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- a)** que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.9** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 5.9.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 5.9.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário, conforme planilha anexa ao edital;
- 5.9.3** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 5.9.4** Será exigida garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 5.10** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.11.1** Em se tratando de serviços de engenharia, a licitante vencedora será convocada a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.



- 5.12** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 5.12.1** O ajuste de que trata este subitem se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.12.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.13** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6 DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 6.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 6.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 6.2.1** Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 6.3** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 6.4** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados de forma legível e, se for o caso, conforme exigido no Termo de Referência.
- 6.5** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.



- 6.6** Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021).
- 6.7** Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.8** A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.9** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.9.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 6.10** É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 6.10.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar inabilitação.
- 6.11** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.11.1** Os **documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 6.11.1.1** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante e aceita pelo Pregoeiro. Ainda, pode o Pregoeiro, de ofício prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, quando constatar que o mesmo não é suficiente para envio do documento.
- 6.11.2** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, as licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.



- 6.12** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos não contidos, a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) somente será feita em relação à licitante vencedora.
- 6.12.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da licitante mais bem classificada.
- 6.12.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todas as licitantes.
- 6.13** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, deverá ser realizada diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.14** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 64):
- a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 - c)** juntada de documentos que venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, que não foram juntados com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, sendo que a juntada deverá ser solicitada e os documentos avaliados pelo Pregoeiro, quando o substituir (Acórdão TCU n.º 1.211/2021, Plenário).
- 6.15** Na análise dos documentos de habilitação, o agente ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.16** Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.11.1.
- 6.17** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



- 6.18** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida do vencedor, e não como condição para participação na licitação.
- 6.19** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 7 DOS RECURSOS**
- 7.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 7.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 7.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:
- a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - b)** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - c)** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - d)** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 7.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 7.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



- 7.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada no site da Câmara Municipal (www.camaracaxias.rs.gov.br).
- 8 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 8.1 Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade ou para **solicitar esclarecimento** sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.
- 8.2 A impugnação poderá ser enviada por meio de correio eletrônico compras@camaracaxias.rs.gov.br, ou por petição protocolada na Câmara Municipal.
- 8.3 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente pelo correio eletrônico compras@camaracaxias.rs.gov.br
- 8.4 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no site da Câmara Municipal (www.camaracaxias.rs.gov.br) no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 8.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 8.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 8.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 9.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 9.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.
- 9.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 9.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 9.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



- 9.6** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 9.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 9.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 9.9** Em caso de divergência entre as especificações e quantidades do objeto contidas no Sistema SIASG e as deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as constantes nesse último.
- 9.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site da Câmara Municipal (www.camaracaxias.rs.gov.br) concomitantemente com cópia digital dos documentos gerados no decorrer do certame.
- 9.11** As despesas decorrentes do objeto correrão por conta da dotação orçamentária 01.01.01.031.0018.2001 3.3.90.37.00.00.00.00 – Locação de mão de obra.
- 9.12** Integram este edital para todos os fins e efeitos os seguintes Anexos:
- 9.12.1** Anexo I – Termo de Referência;
- 9.12.2** Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;
- 9.12.3** Anexo III – Documento de Formalização de Demanda;
- 9.12.4** Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.

Caxias do Sul, 19 de maio de 2026.

Vereador Wagner Petrini

Presidente



Anexo I do Edital - Termo de Referência



Processo Licitatório N.º 49/2026

Pregão Eletrônico N.º 07/2026

Termo de Referência

- 1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**
 - 1.1 Da definição do objeto**
 - 1.1.1** Fornecimento de licenciamento da solução Trend Micro, incluindo ativação, atualização, manutenção, suporte e garantia do fabricante, segundo as descrições e quantidades descritas neste Termo de Referência.
 - 1.1.2** A descrição do(s) item(ns) e a(s) quantidade(s) da contratação encontram-se no Anexo I deste Termo de Referência.
 - 1.1.3** O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que, na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.
 - 1.2 Da estimativa do valor da contratação e preço(s) máximo(s).**
 - 1.2.1** O valor estimado da contratação, bem como o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) e do(s) grupo(s), quando for o caso, consta(m) no Anexo I deste Termo de Referência.
 - 1.3 Da classificação do objeto**
 - 1.3.1** O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
 - 1.4 Da vigência da contratação**
 - 1.4.1** A contratação vigorará por **36 (trinta e seis) meses**, contado(s) da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – ou data posterior à publicação do contrato no PNCP, sendo esta definida em cláusula contratual. O contrato poderá ser **prorrogado por até 10 (dez) anos, conforme** disposto no art. 107 da Lei n.º 14.133 de 2021.
 - 1.4.1.1** O objeto desta contratação é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando a justificativa pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



1.4.1.2

A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

- a) apresentação de relatório favorável por parte do fiscal de contrato, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação;
- d) renovação e/ou complementação da garantia da contratação, se for o caso;
- e) termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos funcionários da categoria, consoante art. 507-b do Decreto Lei n.º 5.452/1943 e suas alterações.

1.4.1.3

A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, o CONTRATANTE com, no mínimo, **90 (noventa) dias** consecutivos de antecedência a intenção pela não renovação da vigência contratual.

2

DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1

A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1

A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4

DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1

Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1

Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no tópico Descrição dos Requisitos da Contratação do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



6

DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1

Das condições de execução

6.1.1

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1.1

Início da execução do objeto (fornecimento das licenças): em até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de recebimento da Ordem de Início do serviço, que será emitida após a data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – ou data posterior à publicação do contrato no PNCP, sendo esta definida em cláusula contratual.

6.1.1.1.1

Caso não seja possível iniciar a execução dos serviços na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos **5 (cinco)** dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2

Das condições e características da solução de segurança

6.2.1

A solução a ser implementada (software de segurança Trend Micro) deve contar com instalação de agentes, sendo estes o mecanismo que realizará a proteção, o controle e o monitoramento local de possíveis artefatos maliciosos, vulnerabilidades e ataques.

6.2.2

Além dos agentes supracitados, a solução deve possuir um sistema de administração centralizado, sendo que este deve possibilitar acessos simultâneos para gerenciamento e administração da solução. Tal sistema deverá se materializar como um serviço prestado através de plataforma do fabricante da solução (em nuvem/SaaS).

6.2.3

O sistema de administração deve ser fornecido pela CONTRATADA e contemplar todos os softwares e respectivas licenças necessárias ou adicionais para a instalação, configuração e funcionamento da solução de proteção. A licença e garantia da solução devem ser mantidas operacionais, mesmo que, em virtude do recebimento definitivo, esta ultrapasse a vigência contratual.

6.2.4

Todas as licenças de software e eventuais componentes necessários ao pleno funcionamento da solução deverão ser originais do fabricante Trend Micro e fornecidas integralmente às expensas da CONTRATADA.

6.2.5

A instalação, configuração e funcionamento da solução a ser contratada não poderão exigir aquisição extra ou aluguel de outras licenças de software ou hardware além das ofertadas na proposta e contrato.

6.2.6

A solução de proteção deve ser oferecida na última versão disponibilizada pelo fabricante. Na data da proposta, nenhum dos softwares componentes da solução de proteção ofertados poderão estar listados pelo fabricante com data definida para fim de suporte (“*end of support*”) ou fim de vendas (“*end of sale*”).



- 6.2.7** Todo licenciamento necessário para os componentes da solução deverá ser fornecido por um único fabricante, não sendo aceito composições de produtos de fabricantes diferentes.
- 6.2.8** A CONTRATADA deverá realizar a transição assistida da solução Trend Micro atualmente em uso, garantindo a continuidade da proteção, sem degradação dos níveis de serviço, incluindo, desse modo, os seguintes itens:
- a) plano de migração detalhado;
 - b) coexistência temporária entre soluções, quando necessário;
 - c) remoção segura dos agentes anteriores, se for o caso;
 - d) preservação de políticas e histórico relevante, quando tecnicamente viável.
- 6.2.9** A solução implementada deverá disponibilizar relatórios periódicos (mensal) gerenciais e operacionais, incluindo:
- a) incidentes detectados;
 - b) endpoints protegidos/inativos;
 - c) nível de atualização;
 - d) eventos críticos de segurança.
- 6.2.10** Os dados coletados pela solução deverão observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), totalmente em conformidade com o item 16 deste Termo de Referência.
- 6.3** **Condições e controle de aplicações em endpoints**
- 6.3.1** A solução deve ser capaz de realizar a proteção a códigos maliciosos nos seguintes sistemas operacionais:
- a) Microsoft Windows 11 (64 bit);
 - b) Windows Server 2022 (64 bit);
 - c) Ubuntu Linux 20.04 LTS (64 bit);
 - d) Ubuntu Linux 22.04 LTS (64 bit);
 - e) Ubuntu Linux 24.04 LTS (64 bit).
- 6.3.2** As políticas de segurança devem permitir a seleção dos alvos baseados nos seguintes critérios:



- a) Nome parcial ou completo das estações de trabalho, permitindo a utilização de caractere coringa para identificação do nome parcial da máquina;
- b) Faixa de endereços IPS;
- c) Sistema operacional;
- d) Grupos de máquinas espelhados do Active Directory e LDAP;
- e) Usuários ou grupos do Active Directory e LDAP.

6.3.3 As políticas de segurança devem permitir, também:

- a) combinação lógica dos critérios para identificação do(s) alvo(s) de cada política;
- b) controle do intervalo de envio dos logs;
- c) controle do intervalo para envio de atualização de cada política;
- d) definição de qual servidor de gerenciamento o agente de segurança deve comunicar-se;
- e) ocultação do ícone do agente na barra de tarefas;
- f) controle através de regras de aplicação, de modo que tais regras devem permitir as seguintes ações:
 - f.1) Permissão de execução;
 - f.2) Bloqueio de execução;
 - f.3) Bloqueio de novas instalações;
 - f.4) As regras de controle de aplicação devem permitir o modo de apenas coleta de eventos (logs), sem a efetivação da ação da regra.

6.4 Funcionalidades específicas da solução

6.4.1 A solução de segurança de *endpoints* e a solução de segurança de servidores físicos, virtuais e em nuvem devem:

- 6.4.1.1 Permitir a programação de atualizações automáticas das listas de definições de vírus, de site seguro da internet, com frequência (no mínimo diária) e horários definidos pelo administrador da solução;
- 6.4.1.2 Permitir atualização incremental da lista de definições de vírus;
- 6.4.1.3 Permitir a atualização automática do *engine* do programa de proteção na internet, a partir de fonte autenticável;
- 6.4.1.4 Permitir o *rollback* das atualizações das listas de definições de vírus e *engines*;
- 6.4.1.5 Permitir isolamento automático de máquinas comprometidas, resposta remota e contenção de ameaças lateralmente;



- 6.4.1.6** Permitir a indicação de agentes para efetuar a função de replicador de atualizações e configurações, de forma que outros agentes possam utilizá-los como fonte de atualizações e configurações, não sendo necessária a comunicação direta com o servidor de *anti-malware* para essas tarefas;
- 6.4.1.7** Permitir que os agentes de atualização possam replicar os componentes de vacinas, motores de escaneamento, versão de programas, *hotfix* e configurações específicas de domínios da árvore de gerenciamento;
- 6.4.1.8** Permitir proteção das configurações da solução instalada na estação de trabalho através de senha ou controle de acesso, em ambos os casos, controlada por política gerenciada pelo console de administração da solução completa;
- 6.4.1.9** Possibilitar instalação “silenciosa”;
- 6.4.1.10** Possuir *firewall* integrado;
- 6.4.1.11** Possuir XDR – Detecção e Resposta Estendida;
- 6.4.1.12** Possuir *machine learning* e *behavioral analysis* para detecção de ameaças;
- 6.4.1.13** Possuir console de gerenciamento centralizado;
- 6.4.1.14** Possuir *whitelisting* de aplicações pré-aprovadas para execução;
- 6.4.1.15** Permitir integração com sistemas de gerenciamento de eventos de segurança (SIEM);
- 6.4.1.16** Permitir *rollback* de ações maliciosas;
- 6.4.1.17** Possuir capacidades de *threat hunting*;
- 6.4.1.18** Possuir recurso próprio ou integrado de análise de arquivos suspeitos em ambiente isolado, quando disponível no pacote licenciado ou por meio de funcionalidade incluída sem custo adicional à Administração, devendo a licitante informar expressamente eventuais limitações de licenciamento.
- 6.5** **Da garantia contratual**
- 6.5.1** O período de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 6.6** **Local e horário da execução do objeto**
- 6.6.1.1** O objeto deverá ser executado na Câmara Municipal de Caxias do Sul, na Rua Alfredo Chaves, n.º 1.323, Bairro Exposição, fone (54) 3218-1665, com Rodrigo Bertin Machado, no horário das 8 h às 12 h e das 13 h às 17 h, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis e mediante agendamento prévio;
- 7** **DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO**
- 7.1** É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.



7.2 É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

8 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 O objeto será recebido por um servidor do Setor de Informática da Câmara Municipal de Caxias do Sul, que fará o recebimento nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias consecutivos a contar da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na contratação;

b) definitivamente, com a emissão do respectivo termo de recebimento, após a verificação do cumprimento das exigências contratuais e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

b.1) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Compete ao CONTRATANTE:

a) receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado;

b) receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;

c) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;



e) exigir, após ter advertido a CONTRATADA por escrito, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da mesma, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;

f) manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

g) não permitir que os empregados executem tarefas em desacordo com as preestabelecidas no Contrato.

9.2 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Constituem obrigações da Contratada, além das obrigações específicas:

10.1.1 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.2 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.3 Manter preposto aceito pela Contratante para representá-la na execução do contrato;

10.1.4 Disponibilizar um endereço de correio eletrônico e telefones para fins de comunicação com a Contratante, e mantê-los atualizados;

10.1.5 Cumprir rigorosamente com todas as exigências contidas no Edital, nos seus Anexos e na Minuta de Contrato e sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização da Contratante;

10.1.6 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação solicitados, garantindo o acesso, a qualquer tempo, ao local da execução do objeto e aos documentos relativos à execução do contrato;

10.1.7 Alocar os empregados, prepostos ou subordinados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios que forem necessários, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.1.8 Comunicar, por escrito, eventual atraso na entrega ou execução do objeto licitado, apresentando as razões justificadoras, que serão apreciadas pela Contratante;



- 10.1.9** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas quando o objeto contratado não estiver em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas no Edital, nos seus Anexos e na Minuta de Contrato, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis e/ou da extinção do contrato;
- 10.1.10** Submeter previamente por escrito à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos de execução do objeto contratado que fujam às especificações do Edital, dos Anexos ou da Minuta de Contrato;
- 10.1.11** Responder pela qualidade, quantidade, perfeição e cumprimento das normas legais e técnicas, corrigindo, reparando ou substituindo materiais ou serviços considerados inadequados, sem qualquer ônus. Não sendo possível a correção, reparação ou substituição, a Contratada deverá indenizar o valor correspondente ao dano;
- 10.1.12** Arcar com todos os encargos trabalhistas, tributários, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, projetos, mão de obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os bens ou serviços resultantes deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade;
- 10.1.13** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.1.14** Conduzir a execução do objeto do contrato com estrita observância à legislação pertinente e com todas as determinações dos Poderes Públicos;
- 10.1.15** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos, durante a execução do contrato ou após o seu término, em conformidade com o disposto no art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 10.1.16** Não transferir a outrem, a título gratuito ou oneroso, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 10.1.17** Não caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual;



- 10.1.18** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 10.1.19** Recolher todos os encargos sociais pertinentes, tais como os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, taxas, tarifas, transporte de pessoal aos locais de prestação dos serviços, vale-refeição, inclusive as despesas decorrentes de política salarial, dissídio, acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa, seguros de acidente de trabalho e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto do contrato;
- 10.1.20** Responsabilizar-se pelos seus empregados quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, sobre acidente do trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em lei, em especial quanto às normas de segurança do trabalho, podendo o seu descumprimento motivar a aplicação de sanções pela Contratante e/ou ensejar a extinção contratual;
- 10.1.21** Na hipótese de qualquer reclamatória trabalhista proposta contra a contratante pelos empregados da Contratada, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua condição de empregadora e substituir a contratante no processo até sentença final, respondendo pelos ônus diretos ou indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessará após o término ou rescisão do presente Contrato;
- 10.1.22** A execução do objeto do contrato não importará no estabelecimento de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, bem como a inadimplência com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, nos termos do art. 121, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 10.1.23** informar ao Setor de Compras e Contratações ou Setor de Informática desta Casa, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados;
- 11 DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**
- 11.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelos contratantes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada contratante responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



- 11.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 11.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 11.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 11.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 11.6** **Fiscalização**
- 11.6.1** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 11.6.2** A fiscalização técnica e administrativa poderá ser realizada pelo mesmo servidor ou por servidores designados para exercer cada uma das funções, aplicando-se, em qualquer caso, as disposições a seguir:
- 11.6.3** **Fiscalização Técnica**
- 11.6.3.1** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 11.6.3.2** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 11.6.3.3** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 11.6.3.4** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 11.6.3.5** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



- 11.6.3.6** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 11.6.4 Fiscalização Administrativa**
- 11.6.4.1** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 11.6.4.2** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 11.6.5** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 11.6.6** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 11.6.7 Gestor do Contrato**
- 11.6.7.1** Cabe ao gestor do contrato:
- 11.6.7.2** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 11.6.7.3** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 11.6.7.4** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



- 11.6.7.5** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 11.6.7.6** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 11.6.7.7** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 11.6.7.8** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 12 DO PAGAMENTO**
- 12.1** O pagamento será efetuado em **parcela única**, acompanhado da respectiva nota fiscal e de acordo com o preço firmado em contrato, em **até 15 (quinze) dias consecutivos, após o ateste pelo responsável** designado pelo CONTRATANTE. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 12.1.1** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 12.1.2** A Contratante ficará com cópias dos respectivos documentos.
- 12.2** A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
- 12.2.1** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a CONTRATADA ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.



- 12.3** Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 12.4** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.
- 12.4.1** Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.
- 12.5** Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- 12.6** Para fins de pagamento, a CONTRATADA, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro desta câmara o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.
- 12.7** Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item/grupo poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.
- 12.8** Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei n.º 14.133/21, quando se tratar de fornecimento não-contínuo, para os itens com prazo de entrega imediata, integral e dos quais não resultem obrigações futuras.
- 13 DO REAJUSTE**
- 13.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **12 (doze) meses** contados do mês de referência do orçamento em **maio de 2026**.



- 13.2** Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do último reajuste correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação. Entende-se como último reajuste a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente da data em que foi apostilada.
- 13.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços remanescente, sempre que este ocorrer.
- 13.5** Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.6** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as contratantes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 13.7** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 13.8** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 13.9** A repactuação/reajuste de preços será formalizada por apostilamento.
- 13.10** As repactuações/reajustes não interferem no direito das contratantes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**
- 14.1** Caso o contratado pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica a CONTRATANTE obrigada a responder em até 60 (sessenta) dias da data do requerimento.
- 14.2** Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados acompanhados do requerimento.



- 14.3** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.
- 15** **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 15.1** Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.
- 16** **DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)**
- 16.1** As contratantes deverão cumprir com todas as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do processo licitatório ou do contrato, desde a apresentação da proposta, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 16.2** Os dados pessoais tratados pelas contratantes somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 16.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados tratados pelas contratantes fora das hipóteses permitidas em lei.
- 16.4** A Câmara Municipal de Caxias do Sul deverá ser informada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.
- 16.5** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 16.6** É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados e subordinados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 16.7** A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 16.8** A Câmara Municipal poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 16.9** A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela Câmara Municipal, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca de dados pessoais para cumprimento da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



- 16.10** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (art. 37 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 16.11** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Câmara Municipal nas hipóteses previstas na LGPD.
- 16.12** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 16.13** Os contratos e convênios de que trata o §1º do art. 26 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 deverão ser comunicados à autoridade nacional.”

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1** Às Licitantes ou às Contratadas que praticarem qualquer conduta que infrinja as regras da licitação, as condições estabelecidas neste termo de referência, em contrato ou, ainda, que viole expressa disposição legal ou regulamentar, ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal, às sanções aqui previstas, que serão aplicadas após regular Processo Administrativo.
- 17.2** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Contratada que:
- 17.2.1** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 17.2.2** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 17.2.3** Der causa à inexecução total do contrato;
- 17.2.4** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 17.2.5** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 17.2.6** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 17.2.7** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 17.2.8** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



- 17.3** Serão aplicadas às Licitantes ou Contratadas que incorrerem nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 17.3.1** Advertência, quando as Licitantes ou Contratadas derem causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- 17.3.2** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “17.2.2”, “17.2.3” e “17.2.4” do item anterior, que trata das infrações administrativas, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- 17.3.3** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “17.2.5”, “17.2.6”, “17.2.7” e “17.2.8” do item anterior, que trata das infrações administrativas, bem como nos subitens “17.2.2”, “17.2.3” e “17.2.4”, também do item que trata das infrações administrativas, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 17.3.4 Multas:**
- 17.3.4.1** De 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 17.3.4.1.1** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 17.3.4.2** De 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento), sobre o valor total da proposta ou da contratação, para a infração descrita no subitem “17.2.1” do subitem 17.2;
- 17.3.4.3** De 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento), sobre o valor total da proposta ou da contratação, para a infração descrita no subitem “17.2.2” do subitem 17.2;
- 17.3.4.4** De 30% (trinta por cento), sobre o valor total da proposta ou da contratação, para a inexecução total do contrato prevista no subitem “17.2.3” do subitem 17.2;
- 17.3.4.5** De 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento), sobre o valor total da proposta ou da contratação, para a infração descrita no subitem “17.2.4” do subitem 17.2;
- 17.3.4.6** De 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta ou da contratação, para as infrações descritas nos subitens “17.2.5” a “17.2.8” do subitem 17.2.



- 17.4** Caso as multas não sejam quitadas em até 15 (quinze) dias contados da notificação para o pagamento, ela estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto para o reajuste do valor da contratação.
- 17.5** A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 17.6** Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 17.7** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua notificação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 17.8** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 17.9** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.10** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 17.11** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021):
- 17.11.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 17.11.2** As peculiaridades do caso concreto;
 - 17.11.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 17.11.4** Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 17.11.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



- 17.12** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras leis sobre licitações e contratos da Administração Pública, e que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida lei (art. 159).
- 17.13** A personalidade jurídica das Licitantes ou Contratadas poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo de referência ou do contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com as Licitantes ou Contratadas, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 17.14** A Administração, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 17.15** As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 17.16** Os débitos das Licitantes ou Contratadas com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos que as Licitantes ou Contratadas possuam com o mesmo órgão contratante.
- 18** **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 18.1** As despesas decorrentes deste objeto correrão por conta da dotação orçamentária **01.01.01.031.0018.2001 3.3.90.40.00.00.00.00.**
- 19** **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 19.1** Esclarecimentos técnicos referentes ao objeto deste Pregão devem ser tratados com o Setor de Informática, fone (54) 3066.3801, com Rodrigo Bertin Machado, no horário das 8hs às 12hs e das 13hs às 17hs, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis.



19.2

Fazem parte deste Termo de Referência:

- a) Anexo I – Descrição dos itens e quantidades máximas da contratação;
- b) Anexo II – Forma e critérios de seleção do fornecedor;
- c) Anexo III – Declaração de Conhecimento;

Rodrigo Bertin Machado – Matr. 2479

Responsável pela elaboração deste Termo de Referência

Setor de Informática



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO

GRUPO	ITEM	CÓD. GRP.	DESCRIÇÃO DO(S) ITEM(NS)	UN.	QTD.	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PARTICIPAÇÃO LC N.º 123/06
1	1	71568	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY CORE	UN	810	R\$ 319,20	Ampla Concorrência
	2	69881	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY ESSENTIALS	UN	102	R\$ 461,07	
	3	69880	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY PRO	UN	18	R\$ 2.128,00	
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 343.885,14	

***OBSERVAÇÃO:** A quantidade dos itens da tabela acima corresponde ao produto do número de licenças anuais pelo período de 3 (três) anos.



ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na **modalidade** PREGÃO, sob a **forma** ELETRÔNICA, com adoção do **critério de julgamento** pelo MENOR PREÇO.

1.1.1 **Da divisão da licitação:** Adjudicação por grupo.

1.1.2 **Modo de Disputa:** Aberto.

2 PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

2.1 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total do item, expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais, à vista, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento;

a.1) Entende-se como **valor unitário**, o valor por licença. Na fase de lances, o sistema *compras.gov.br* realizará o cálculo do **valor total do item (trienal)**, resultante do produto do valor unitário pela respectiva quantidade (n.º de licenças em 3 (três) anos).

b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência. A licitante deve atentar-se para não se identificar ao preencher este campo.

2.1.1 Caso o Edital não vede a participação no certame, a Pessoa Física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração. O valor correspondente ao percentual deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido pela Administração ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

2.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante vencedora.

2.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



- 2.4** O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3 CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DE DESEMPATE DAS PROPOSTAS**
- 3.1** Os critérios de classificação, formulação de lances e de desempate das propostas estão dispostos no item 4 do Edital.
- 4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**
- 4.1** Os critérios de aceitabilidade das propostas estão dispostos no Edital.
- 5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS PROPOSTAS**
- 5.1** A(s) licitante(s) provisoriamente classificada(s) em primeiro lugar deverá(ão) apresentar, no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado, nos termos do Edital, a seguinte documentação:
- 5.1.1 Documentação técnica**
- 5.1.2** Para **todos os itens**, a licitante deverá comprovar, por documentação oficial do fabricante, compatibilidade com os sistemas operacionais utilizados pela Administração.
- 6 DA HABILITAÇÃO**
- 6.1** A habilitação da(s) licitante(s) mais bem classificada(s) em relação à habilitação jurídica, à habilitação fiscal, à habilitação trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica será verificada por meio do SICAF, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 2018, nos documentos por ele abrangido.
- 6.1.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas a contar da solicitação feita pelo Pregoeiro**, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 6.2** Ressalvado o disposto no subitem acima, a(s) licitante(s) mais bem classificada(s) deverá(ão) encaminhar a seguinte documentação para fins de habilitação:
- 6.2.1 Habilitação Jurídica**
- 6.2.1.1 Pessoa Jurídica**



- 6.2.1.1 Registro Comercial, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.
- 6.2.1.1.1** A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver.
- 6.2.1.1.2** Somente será(ão) habilitado(s) a(s) licitantes(s) que apresentar(em), além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta contratação no seu objeto social.
- 6.2.1.1.3** O Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI somente será exigido quando permitida a participação do MEI, situação que pode ser verificada na tabela do Anexo I deste Termo de Referência.
- 6.2.1.1.2 Pessoa Física**
- 6.2.1.1.2.1 Documento de identificação com foto** ou equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 6.2.2 Habilitação Fiscal**
- 6.2.2.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal**, mediante a apresentação da **Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União**, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor.
- 6.2.2.1.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual**, em vigor.
- 6.2.2.1.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal**, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da licitante que ora se habilita para este certame.
- 6.2.2.1.2.1 A Certidão** deverá expressar, de forma clara e objetiva, a situação da licitante em relação à totalidade dos tributos (Mobiliários e Imobiliários) a cargo da Fazenda Municipal. Mesmo no caso da licitante não possuir imóvel em seu nome, ou seja, isenta de qualquer imposto municipal, deverá ser apresentada certidão emitida pela Fazenda Municipal.



6.2.2.1.3 Prova de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

6.2.3 **Habilitação Trabalhista**

6.2.3.1 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, em vigor.

6.2.4 **Qualificação Econômico-Financeira**

6.2.4.1 **Pessoa Jurídica**

6.2.4.1.1 **Certidão Negativa de Falência, Concordata ou de Recuperação Judicial (Lei n.º 11.101/2005)**, em vigor, expedida pelo distribuidor da comarca da matriz da pessoa jurídica.

6.2.4.1.2 Será aceito documento emitido em nome e CNPJ da matriz e válido para todas as filiais.

6.2.4.2 **Pessoa Física**

6.2.4.2.1 **Certidão negativa de insolvência civil**, em vigor, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da licitante.

6.2.4.3 **Qualificação Técnica**

I – Declaração da licitante (conforme modelo), assinada por seu representante legal, de que:

a) Tem **pleno conhecimento e concordância** com os objetivos a serem alcançados pela Câmara Municipal de Caxias do Sul com a implementação da solução, descrita no presente Edital, a partir do fornecimento dos softwares aqui descritos, **e que, portanto, se sujeita a todas as condições estabelecidas.**

II – Declaração, emitida pelo desenvolvedor dos softwares que compõem a solução (fabricante), de que a Licitante é um **canal autorizado e capacitado** para comercializar os produtos ofertados no respectivo Edital para a Câmara Municipal de Caxias do Sul.

6.3 **A permissão de participação de Pessoa Física para esta contratação somente será aceita caso não esteja vedada no Edital.**

6.4 As certidões dos subitens 6.2.2 a 6.2.4 que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 6 (seis) meses.



7 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1 A licitante vencedora terá o prazo de até **5 (cinco) dias consecutivos** para assinatura do Termo de Contrato, contados da data de convocação feita, por escrito, pela Câmara Municipal de Caxias do Sul.

7.2 O(s) referido(s) prazo(s) poderá(ão) ser prorrogado(s) a critério da Câmara, mediante apresentação de justificativa pelo fornecedor.

7.2.1 A assinatura do Termo de Contrato poderá ser de forma digital, desde que o fornecedor tenha um Certificado emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil), na forma da legislação vigente.



ANEXO III – DO TERMO DE REFERÊNCIA

AO PREGOEIRO

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(Razão Social / Nome completo da licitante) _____, por meio de seu Responsável Legal, **declara**, sob as penas da lei, que:

Tem **pleno conhecimento e concordância** com os objetivos a serem alcançados pela Câmara Municipal de Caxias do Sul com a implementação da solução, descrita no presente Edital, a partir do fornecimento dos softwares aqui descritos, **e que, portanto, se sujeita a todas as condições estabelecidas.**

_____, em ____ de _____ de 20____.

Nome completo e assinatura do representante legal da licitante



Anexo II do Edital - Estudo Técnico Preliminar



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- Número do processo: Processo Licitatório N.º 49/2026 – Pregão Eletrônico N.º 07/2026.
- Área requisitante: Setor de Informática.

2. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE INTERESSE PÚBLICO:

A necessidade da presente contratação decorre da obrigação institucional de manter protegidos os ativos de tecnologia da informação da Câmara Municipal de Caxias do Sul, em especial as estações de trabalho, servidores físicos, servidores virtuais e ambientes com sistemas operacionais Windows e GNU/Linux, assegurando-se, desse modo, condições adequadas de disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações que são processadas.

O ambiente tecnológico da Câmara é heterogêneo e inclui equipamentos e sistemas que, em determinados casos, dependem de atualizações controladas, homologações de terceiros e janelas específicas de manutenção. Desse modo, tal realidade demanda a manutenção de solução corporativa de segurança com gerenciamento centralizado, atualização contínua, proteção *anti-malware*, filtragem de conteúdo malicioso e mecanismos complementares de mitigação de vulnerabilidades, inclusive por meio de *patches* virtuais.

Atualmente, existe um contrato de fornecimento de licenças de antivírus em vigência, cuja possibilidade de renovação, no entanto, já se esgotou, tendo em vista que o artigo n.º 57 da lei 8.666 de 1993, em seu inciso IV, limita a no máximo 4 (quatro) anos a utilização de programas de informática. Assim sendo, como a plataforma de solução em segurança cibernética Trend Micro já é utilizada há anos por esta Casa, tendo, os servidores responsáveis, experiência de utilização há mais de 10 (dez) anos, havendo, portanto, processos internos de implantação, operação, monitoramento e suporte já consolidados, bem como há vigência contratual de serviço de manutenção dessa solução em especial (Contrato 329/2022, conforme cláusula quarta, inciso IV), justifica-se a manutenção da utilização desse software em particular, à luz do exposto pela alínea b, inciso I, do art. 41 da Lei 14.133 de 2021.

Pode-se dizer que esta continuidade da solução já implementada atende ao interesse público por favorecer a padronização do ambiente e a compatibilidade técnica dos agentes já utilizados, o que implica racionalização do esforço administrativo deste órgão. A possível não contratação do objeto de que se trata elevaria o risco de exposição de estações, servidores, sistemas e dados institucionais a ameaças cibernéticas, sendo estas de potencial impacto sobre a continuidade de todas as atividades administrativas e legislativas, podendo comprometer substancialmente as informações sob responsabilidade da Administração.

3. ESTIMATIVA DA DEMANDA (OBJETO) – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS – E JUSTIFICATIVA PARA O SEU PARCELAMENTO OU NÃO:

A estimativa da presente demanda foi elaborada com base no mapeamento atualizado do ambiente informatizado da Câmara, almejando-se a distribuição das ferramentas *anti-malware* fornecidas pela plataforma Trend Micro conforme se faz necessário. Para tanto, foi considerando o horizonte temporal de subscrição/licenciamento de 36 (trinta e seis) meses.



GRUPO	ITEM	CÓD. GRP	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UN.	QTD.
1	1	71568	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY CORE	UN	810
	2	69881	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY ESSENTIALS	UN	102
	3	69880	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY PRO	UN	18

**OBSERVAÇÃO: A quantidade dos itens da tabela acima corresponde ao produto do número de licenças anual pelo período de 3 (três) anos.*

A contratação deverá ocorrer por grupo único, sendo este composto de 3 (três) itens – 3 (três) faixas de licenciamento, uma vez que o parcelamento da solução não se mostra viável em razão de impossibilidade técnica para tal. Todos os itens integram a mesma plataforma tecnológica, com administração centralizada, identidade de fabricante, mesma lógica de subscrição e, por consequência, há necessidade de compatibilidade integral entre os componentes da solução.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Conforme exposto no item 2 deste ETP, a presente contratação tem por necessidade licitar objeto através de indicação de marca/modelo e, uma vez já motivada essa decisão, seguem-se os demais requisitos:

I) A contratação deverá contemplar o fornecimento ou renovação de subscrição/licenciamento oficial da plataforma de segurança cibernética do fabricante Trend Micro, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, nas quantidades estimadas e condições estabelecidas neste ETP, com possibilidade de ativação na estrutura já utilizada por esta Casa e, portanto, com a preservação da compatibilidade com a plataforma atualmente em operação.

II) A solução deverá atender ambientes Windows e GNU/Linux, possuir gerenciamento centralizado, atualização contínua de assinaturas e mecanismos de detecção, recursos de proteção *anti-malware*, controle e bloqueio de conteúdo malicioso na web e funcionalidades complementares voltadas à mitigação de vulnerabilidades e fortalecimento da segurança do ambiente.

III) O fornecimento deverá ser realizado por empresa apta a comercializar oficialmente a solução, devendo ser observadas as exigências de habilitação, regularidade e qualificação a serem definidas no futuro Termo de Referência e instrumento convocatório. Além disso, cabe salientar que a Administração poderá exigir documentos que comprovem a aptidão comercial do fornecedor para fornecimento da solução demandada.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, CUSTOS E JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS DA CONTRAÇÃO:

A pesquisa de preços, parte integrante deste processo, foi realizada em conformidade com a Resolução de Mesa 1297/A de 2024 – que reafirma e expande o disposto na Lei n.º 14.133. Assim, em razão de o objeto de contratação se tratar de um serviço de licenciamento com itens vinculados à moeda Dólar e quantidades específicas, tem-se, *eo ipso*, que a melhor maneira de refletir os valores de mercado se dá através de cotação de valores diretamente com fornecedores do ramo ao qual pertence o objeto, conforme previsto na Nova Lei de Licitações e Contratos em seu artigo 23º, parágrafo primeiro, inciso IV.



Sendo assim, após a análise dos valores obtidos, a escolha da solução matemática para estimar os preços se deu conforme orientado pela resolução supracitada. Abaixo segue a tabela com o coeficiente de variação para o conjunto de valores representativos de cada item e a melhor adequação encontrada aos preços apresentados:

GRUPO	ITEM	CÓD. GRP	QTD.	UN.	CV	SOLUÇÃO MATEMÁTICA	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	1	71568	810	UN	9,64%	MÉDIA	R\$ 319,20	R\$ 258.552,00
	2	69881	102	UN	9,64%	MÉDIA	R\$ 461,07	R\$ 47.029,14
	3	69880	18	UN	9,64%	MÉDIA	R\$ 2.128,00	R\$ 38.304,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO							R\$ 343.885,14	

**OBSERVAÇÃO: O valor unitário de cada item corresponde ao produto do preço do crédito da plataforma Trend Micro pelo número de créditos que cada licença utiliza, conforme o padrão adotado pelo fabricante.*

6. SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução, aqui proposta, consiste na realização de licitação, na modalidade pregão eletrônico, através de adjudicação de grupo único, sendo este composto pelos itens e quantidades definidos no item 3 deste ETP. Além do mais, tendo em vista o princípio de economia de escala, conforme recomendado pelo inciso I do parágrafo primeiro do artigo n.º 18, sugere-se uma contratação com vigência inicial de 3 (três) anos, como possibilitado pela Lei 14.133 de 2021 em seu artigo n.º 106.

7. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA da Câmara Municipal de Caxias do Sul, uma vez que, até o momento, referido instrumento não foi formalmente elaborado. Ainda assim, a contratação está alinhada às necessidades permanentes do órgão e aos objetivos de continuidade e segurança do ambiente de tecnologia da informação.

8. PERMISSÃO/VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

A Lei nº 14.133/2021 tem como regra a permissão à participação de consórcios, inclusive quando o instrumento for omissivo sobre o tema. Assim, a Administração Pública, quando não permitir a participação de licitantes em consórcios, deve motivar essa decisão, justificando as razões para tanto.

Por este motivo, cabe ao órgão que promove o processo licitatório, considerando o poder discricionário, avaliar conveniência e oportunidade, de maneira a decidir pela vedação ou não à participação de empresas em regime de consórcio.

A admissão de participação de consórcio é necessária quando, em razão das circunstâncias mercadológicas e/ou natureza do objeto, torna-se problemática a competição. Ou seja, quando parcela significativa de empresas isoladas não tiverem condições para participar de uma licitação.

No tocante a esta contratação, a vedação à participação de licitantes constituídos sob a forma de consórcio se justifica em razão de que as contratações de bens e serviços comuns, na ingente maioria dos casos, são plenamente possíveis de serem atendidas por empresas de forma isoladas e, no tocante a esta contratação, entende-se que existem empresas capazes de atender a demanda do objeto em questão.



9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Como já citado no tópico 2 deste ETP, esta Casa possui um contrato – o de número 329/2022, ainda em vigência, que, entre as atividades de suporte e manutenção de infraestrutura de TI previstas, abarca a manutenção dos produtos da marca Trend Micro por profissionais certificados por essa fabricante. Assim sendo, verifica-se correlação direta entre a presente contratação e uma já existente, de modo que se justifica a opção pela marca definida neste Estudo Técnico Preliminar a fim de evitar duplicidade de objetos contratados pela Administração (manutenção de soluções *antimalware*).

10. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Entre os principais benefícios esperados da presente contratação, destacam-se os seguintes:

- a) a continuidade da proteção dos ativos computacionais da Câmara;
- b) a redução do risco de exposição a *malwares*, exploração de vulnerabilidades e acesso a conteúdos maliciosos;
- c) o fortalecimento da capacidade institucional de prevenção e resposta a incidentes;
- d) a preservação da disponibilidade dos serviços administrativos e legislativos;
- e) a manutenção da gestão centralizada da segurança da informação.

A contratação de uma solução com vigência inicial de 3 (três) anos, por sua vez, proporcionará maior estabilidade operacional e previsibilidade de cobertura. Já a indicação de marca/modelo possibilitará o manter a compatibilidade com plataformas já existentes na Casa, o que implica redução de custo dos serviços associados e aproveitamento do conhecimento técnico já acumulado pela equipe responsável pela administração da plataforma.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Em termos de qualificação recursos humanos, considerado o fato de que o objeto de contratação já é de conhecimento do Setor de Informático, entende-se que não são necessários providências. Ressalta-se, porém, que, após a contratação, caberá ao Setor de Informática acompanhar a ativação das licenças, validar a regularidade do fornecimento e manter o controle da cobertura da solução no ambiente institucional.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais diretos da contratação são reduzidos, por se tratar predominantemente de subscrição/licenciamento digital, sem fornecimento físico relevante de materiais de consumo. Ainda assim, sublinha-se que a presente contratação contribui, indiretamente, para a maior vida útil dos ativos computacionais protegidos, desde que observadas boas práticas de uso e descarte ambientalmente adequado dos equipamentos de TI ao final de seu ciclo de vida.



Na eventual necessidade de substituição futura de equipamentos ou componentes, deverão ser observadas as normas internas e a legislação aplicável quanto ao desfazimento e à destinação ambientalmente adequada de resíduos eletroeletrônicos.

13. DECLARAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE VIABILIDADE

A solução, aqui proposta, conforme os elementos sustentados por este ETP, se demonstrou a mais adequada para atender à necessidade identificada, uma vez que se revelou viável sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário. Assim sendo, esta equipe de planejamento declara esta contratação viável.

Rodrigo Bertin Machado – Matrícula 2479
Responsável pela elaboração deste ETP
Setor Informática



Anexo III do Edital - Documento de Formalização de Demanda



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

- **Número do Processo:** Processo Licitatório N.º 49/2026 – Pregão Eletrônico N.º 07/2026.
- **Nome do Solicitante:** Rodrigo Bertin Machado.
- **Cargo / Função:** Assistente de Informática.
- **Setor:** Informática
- **E-mail:** informatica@camaracaxias.rs.gov.br

1. Código [CATMAT/CATSER](#) e descrição qualitativa genérica do(s) objeto(s):

Código e/ou Classe/Grupo CATMAT/CATSER	Descrição
Grupo 182 – Serviço 24333	Serviço de Licença pelo Uso de Software

**OBSERVAÇÃO: Em caso de divergências entre o(s) código(s) supracitado(s) e o requerido neste DFD, prevalece este.*

2. Forma de contratação:

Contratação Direta:

- () Dispensa de licitação pelo baixo valor de obras, serviços de engenharia e manutenção de veículos (Lei 14.133/2021, art. 75, I);
- () Dispensa de licitação pelo baixo valor de outros serviços e compras (Lei 14.133/2021, art. 75, II);
- () Dispensa de licitação por ausência de proposta ou propostas com valores acima dos preços de mercado em licitação anterior (Lei 14.133/2021, art. 75, III);
- () Inexigibilidade de licitação por serviço prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo (Lei 14.133/2021, art. 74, I);
- () Inexigibilidade de licitação para contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica (Lei 14.133/2021, art. 74, II);
- () Inexigibilidade de licitação para contratação de seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização (Lei 14.133/2021, art. 74, III);
- () Inexigibilidade de licitação para aquisição ou locação de imóvel com localização privilegiada (Lei 14.133/2021, art. 74, V).

Licitação:

- (X) Pregão: bens e serviços comuns (Lei 14.133/2021, art. 6, XLI e art. 28);
- () Concorrência: bens e serviços especiais e obras e serviços de engenharia (Lei 14.133/2021, art. 6, XXVIII e art. 28);
- () Concurso: escolha de trabalho técnico, científico ou artístico (Lei 14.133/2021, art. 6, XXXIX e art. 28);
- () Leilão: alienação de bens imóveis ou móveis (Lei 14.133/2021, art. 6, XI e art. 28);
- () Adesão a ata de registro de preços de outro órgão: o órgão gerenciador, durante a fase preparatória do processo licitatório para estabelecimento de ata de registro de preços, deverá realizar procedimento público de intenção de registro de preços (Lei 14.133/2021, art. 86);
- () Credenciamento: conforme hipóteses da Lei 14.133/2021 em seu art. 79.



3. Justificativa da necessidade:

A justificativa da necessidade desta contratação está descrita no tópico 2 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que acompanha o processo do qual este DFD faz parte.

4. Quantidade(s) e preço(s) do(s) item(ns) – material ou serviço – que compõe o objeto a ser contratado, conforme catálogo GRP:

GRUPO	ITEM	CÓD. GRP	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UN.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	71568	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY CORE	UN	810	R\$ 319,20	R\$ 258.552,00
	2	69881	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY ESSENTIALS	UN	102	R\$ 461,07	R\$ 47.029,14
	3	69880	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY PRO	UN	18	R\$ 2.128,00	R\$ 38.304,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 343.885,14	

**OBSERVAÇÃO: O agrupamento dos itens está justificado no ETP referente a presente contratação.*

5. Justificativa do valor gasto na contratação:

A justificativa do valor estimado a ser gasto nesta contratação está descrito no tópico 5 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que acompanha o processo do qual este DFD faz parte.

6. Razão da escolha do contratado (Lei 14.133/2021, art. 72, VI):

Não se aplica ao presente processo de contratação, por se tratar de licitação na modalidade pregão eletrônico, com disputa entre fornecedores aptos a comercializar a solução demandada.

7. Previsão da contratação no PCA:

() sim

(X) não, pois, no momento, não há plano de contratações anual.

8. Este processo de contratação está instruído com:

(X) Estudo Técnico Preliminar (ETP)

(X) Termo de Referência (TR)

() Análise de riscos

() Projeto Básico

() Projeto Executivo

9. Justificativa de não elaboração de algum(ns) do(s) documento(s) anterior(es):

A Análise de Riscos não foi elaborada de forma isolada, uma vez que os riscos inerentes à contratação foram avaliados e considerados de baixa complexidade, estando devidamente contemplados elementos de mitigação no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e nas especificações constantes no Termo de Referência (TR).



O Projeto Básico e o Projeto Executivo não se aplicam ao presente processo, por tratar-se de contratação de licenciamento de software e serviços correlatos, não envolvendo execução de obra ou serviço de engenharia, conforme previsto na legislação vigente.

10. Dotação e pagamento (informações e condições):

Conforme disposto no Termo de Referência.

11. Local e data estimada de entrega/execução do objeto:

Conforme disposto no Termo de Referência.

12. E-mail ou o local onde deverá ser entregue a respectiva nota fiscal:

informatica@camaracaxias.rs.gov.br e financeiro@camaracaxias.rs.gov.br

13. Instruem este processo, além dos documentos previstos no item 9:

- ☒ (X) comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (Lei 14.133/2021, art. 72, V).
- ☐ () certidão/atestado de que o serviço prestado o é feito por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo (Lei 14.133/2021, art. 74, I).
- ☐ () atestados de capacidade técnica (Lei 14.133/2021, art. 67, § 5º).
- ☒ (X) pesquisa de preços (Lei 14.133/2021, art. 72, VII)

Caxias do Sul, 04/05/2026

Rodrigo Bertin Machado – Matrícula 2479

Responsável pela elaboração deste DFD

Setor de Informática



Anexo IV do Edital - Minuta de Termo de Contrato



Processo Licitatório N.º 49/2026

Pregão Eletrônico N.º 07/2026

Contrato N.º ____/2026

Por este instrumento contratual, de um lado a Câmara Municipal de Caxias do Sul, rua Alfredo Chaves, n.º 1.323, Caxias do Sul, RS, CNPJ 92.862.234/0001-66, representada pela seu Presidente VEREADOR WAGNER PETRINI, CPF 007.399.180-52, denominada **CONTRATANTE**, e de outro _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede em _____, na _____, n.º _____, Bairro _____, representada pelo seu administrador _____ inscrito no CPF sob n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA** - que se vincula ao ato que autorizou esta contratação direta e a respectiva proposta apresentada, celebram o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico 07/2026, de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

1 DO OBJETO E PREÇOS

- 1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é o **FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DA SOLUÇÃO TREND MICRO, INCLUINDO ATIVAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE E GARANTIA DO FABRICANTE**, a serem executados pela CONTRATADA, ao Poder Legislativo Municipal de Caxias do Sul, nas quantidades e preços adiante especificados:

ITEM	CÓD. GRP	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UN.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	71568	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY CORE	UN	810	R\$	R\$
2	69881	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY ESSENTIALS	UN	102	R\$	R\$
3	69880	TREND MICRO VISION ONE – ENDPOINT SECURITY PRO	UN	18	R\$	R\$
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					R\$	

***OBSERVAÇÃO:** A quantidade dos itens da tabela acima corresponde ao produto do número de licenças anuais pelo período de 3 (três) anos.

2 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 2.1 O serviço a ser prestado pela CONTRATADA está suficientemente descrito no Termo de Referência, Edital da licitação, eventuais anexos dos documentos citados e proposta da CONTRATADA, que vinculam a contratação, independente de transcrição.



3 DAS CONDIÇÕES E FORMA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1** O serviço a ser prestado pela CONTRATADA deverá ser executado conforme as condições estipulados no Termo de Referência e seus anexos, bem como de acordo com a proposta da CONTRATADA, que vinculam a contratação, independente de transcrição.

4 DO PAGAMENTO

- 4.1** O pagamento dos preços deste Termo de Contrato será de acordo com o disposto no Termo de Referência, anexo a este Termo de Contrato.

5 DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 5.1** O reajuste dos preços e reequilíbrio econômico-financeiro será de acordo com o disposto no Termo de Referência, anexo a este Termo de Contrato..

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1** As despesas decorrentes deste objeto correrão por conta da dotação orçamentária **01.01.01.031.0018.2001 3.3.90.40.00.00.00.00.**

7 DA VIGÊNCIA

- 7.1** A vigência do contrato será de acordo com o disposto no Termo de Referência, anexo a este Termo de Contrato.

7.2 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.3** O modelo de gestão do contrato será de acordo com o disposto no Termo de Referência, anexo a este Termo de Contrato.

8 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1** O recebimento do objeto será de acordo com o disposto no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10** As obrigações da CONTRATANTE serão de acordo com o disposto no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12** As obrigações da CONTRATADA serão de acordo com o disposto no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13 DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 14** A CONTRATADA deverá atender as exigências do Termo de Referência, anexo a este contrato, no tocante ao atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1** As sanções administrativas serão de acordo com o disposto no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



16 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 16.1** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações das contratantes.
- 16.2** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta já tiver contratado outra empresa, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. A extinção, nesta hipótese, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência.
- 16.3** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o parágrafo anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses de antecedência, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 16.4** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.
- 16.5** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará a extinção do contrato se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 16.6** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 16.7** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- 16.8** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 16.9** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 16.10** Indenizações e multas.
- 16.11** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 16.12** O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).



17 DAS ALTERAÇÕES

- 17.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.2** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 17.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes CONTRATANTES poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de Contrato.
- 17.4** Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18 DOS DIREITOS DA CONTRATANTE

- 18.1** A CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos da CONTRATANTE, consoante prevê o art. 104 da Lei nº 14.133/21, e o direito de acessar e extrair informações da base de dados da solução contratada, nos termos deste contrato.

18.2 DOS CASOS OMISSOS

- 18.3** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

19 DO FORO

- 20** Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da interpretação ou da execução do presente Contrato, fica eleito com exclusividade o Foro da Comarca de Caxias do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os seus efeitos.

Caxias do Sul,

CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
Vereador Wagner Petrini
Presidente



CNPJ n.º _____,

CPF n.º _____

MANUATA